



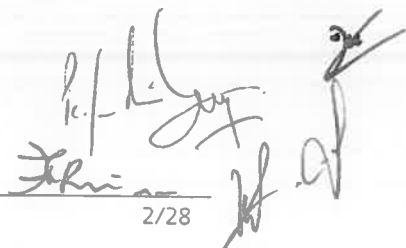
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
**PADRE RICARDO
GAMEIRO**
COVA DA PIEDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

EXERCÍCIO 2017

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente	pág. 3
2. Introdução	pág. 4
3. Órgãos Sociais	pág. 5
4. Apresentação da Instituição	pág. 6
4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão	pág. 6
4.2. Organigrama	pág. 7
4.3. Recursos Humanos	pág. 8
5. Atividade da Instituição	pág. 13
6. Certificação de Qualidade	pág. 22
7. Investimentos e Conservação	pág. 23
8. Análise Económica ou Financeira do Balanço e da Demonstração dos Resultados de 2017	pág. 25
9. Perspetivas para 2018	pág. 27
10. Proposta de aplicação de Resultados	pág. 28
11. Balanço	
12. Demonstração de Resultados Líquidos	
13. Fluxo de Caixa	
14. Fundos Patrimoniais	
15. Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	
16. Parecer do Conselho Fiscal	
17. Certificação Legal de Contas (ROC)	



1. Mensagem do Presidente

A Direção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro sabe, por experiência, que sem sustentabilidade nenhuma Instituição Social consegue cumprir a sua missão de cuidar da população mais frágil na procura de uma, cada vez maior, convergência social.

Esta nossa procura de sustentabilidade ao longo do ano de 2017 teve em conta obviamente as necessidades da nossa comunidade, a quem queremos servir, mas também as estratégias dos nossos parceiros, nomeadamente, a Segurança Social e a Autarquia de Almada.

A nossa comunidade, tal como o resto do país, como sabemos, encontra-se num processo bastante acelerado de envelhecimento, em boa parte, graças às melhores condições no acesso aos cuidados de saúde, mas também ao maior apoio social que vai dando respostas de maior qualidade às necessidades da população idosa. Este fenómeno social é acompanhado por uma acentuada quebra na natalidade no nosso país, uma das mais baixas da União Europeia.

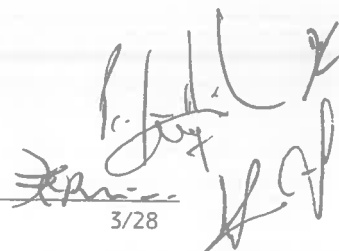
Sendo assim, perante este aumento da procura de apoio para pessoas mais idosas, decidimos avançar com um projeto de uma nova residência com capacidade para mais de 68 camas, 1 Centro de Dia e Apoio Domiciliar. Para tal, em maio passado, adquirimos uma propriedade, na zona da Romeira, por de trás da Igreja Matriz da Cova da Piedade.

Este novo projeto vai exigir um grande esforço financeiro e, com certeza, vamos necessitar de recorrer a empréstimos da banca. Estamos neste momento a fazer o estudo económico e financeiro do novo projeto com base nos resultados obtidos ao longo dos últimos 3 anos na Casa de São Paulo.

Paralelamente estamos a encerrar salas de pré-escolar uma vez que a Câmara de Almada continua a promover a abertura de novas salas de pré-escolar nas escolas públicas, este aumento de oferta e a diminuição do número de nascimentos, como já foi referido, resulta numa enorme diminuição na procura com consequências a curto e médio prazo para os nossos equipamentos. No entanto, como a nossa missão é servir as necessidades sociais de cada tempo, desafiámos a Segurança Social, nosso parceiro, e proprietária daquele equipamento, a converter a creche da Romeira numa nova resposta social dedicada às pessoas com deficiência mental.

Este relatório expressa bem a sustentabilidade das políticas de gestão por nós promovidas, assim como a capacidade de readaptação da nossa Instituição às necessidades sociais reais do tempo presente.

Pe. José Pinheiro



2. Introdução

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro cuja atividade de apoio à população nas suas diferentes respostas sociais, direcionadas para colmatar as necessidades que se fazem sentir na freguesia e concelho, continua a estar muito condicionado, pela criação indiscriminada, por parte de organismos da Administração Pública, designadamente da Câmara Municipal de Almada e do Agrupamento António Gedeão, de equipamentos concorrenciais, quer no objeto, quer no público-alvo, o que prejudica a manutenção dos acordos com o Instituto da Segurança Social, com a consequente diminuição das verbas atribuídas.

Esta situação traduziu-se no ano de 2017 em dificuldades ao nível do pré-escolar, designadamente:

- I – Encerramento de uma sala no Equipamento da Romeira, devido à abertura nas proximidades de novas salas de pré-escolar, por parte da autarquia;
- II – Consequente despedimento e indemnização de uma Educadora e de uma Ajudante de Ação Educativa, situação indesejável para a Instituição, que pretende ajudar famílias e não criar-lhes dificuldades;
- III – Redução do Espaço Lúdico- Pedagógico do Equipamento do Renascer que passou de 50 utentes, para ser convertido em CATL de 30 utentes, com a consequente diminuição da verba atribuída pelo Instituto da Segurança Social;
- IV – No Equipamento do Bairro o CATL passou de 170 utentes para 105, com igual diminuição de verba atribuída;
- V – A ação social desenvolvida por esta Instituição através do Banco Alimentar e da Cantina Social, apesar da ajuda fraterna recebida da própria comunidade, mostrou-se insuficiente para fazer face às necessidades que se fazem sentir na freguesia.
- VI – Ao nível dos pagamentos continuamos a efetuar-los no prazo máximo até ao dia 10 do mês seguinte
- VII – Os Imoveis que se encontram como rendimento suplementar é intenção desta Direção, aliená-los e aplicar esse valor na construção da nova ERPI.

3. Órgãos Sociais



DOM GILBERTO DÉLIO GONÇALVES CANAVARRO DOS REIS
BISPO DE SETÚBAL

DECRETO

FAZEMOS SABER QUE, tendo sido apresentado, em requerimento, pelo Rev.^{do} PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade, Cova da Piedade, por inerência do ofício, Presidente da Direção do CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO, Cova da Piedade, o pedido de aprovação e nomeação da nova constituição dos **Órgãos Sociais** para mesmo Centro Paroquial;—

HAVEMOS POR BEM, aprovar e nomear os Órgãos Sociais do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, propostos para o mandato com início a 15 de Agosto de 2015 e termo a 14 de Agosto de 2018, com a seguinte composição:—

DIREÇÃO

PRESIDENTE: Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro (por inerência);
VICE-PRESIDENTE: Ana Lúsa Ataíde Albino Pação Caixas;
1.º SECRETÁRIO: Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida;
2.º SECRETÁRIO: Abílio Ferreira;
TESOUREIRO: Manuel Jorge Bento.

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Manuel Joaquim Rodrigues;
VOGAL: José António Teixeira;
VOGAL: António Domingos Pação Caixas.

Dado em Setúbal, aos 10 de Agosto de 2015.

Pel' O Bispo João João Aires Lisboa, Vig. Genl

Pel' O Chanceler João Gomes Pereira

Reg. no liv. comp.

Taxa 15,00 Euros

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

4. Apresentação da Instituição

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro (CSPPRG) assume forma jurídica como instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário da República, III Série nº44 de 21 de fevereiro de 1973. Obteve reconhecimento como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº119/83.

Assume ainda personalidade jurídica de foro canónico, estando integrado na Paróquia da Cova da Piedade, Diocese de Setúbal e como sede na Rua Ramiro Ferrão nº38, sita na Cova da Piedade, concelho de Almada.

4.1. Visão, Missão, Valores e Política de Gestão

Visão

Assenta no ideal de ser reconhecido pela qualidade total dos seus serviços e reconhecimento de excelência da Instituição.

Missão

A nossa missão focaliza-se numa ação centrada na dignidade humana, promovendo respostas sociais que visam o crescimento e promoção de cada indivíduo, através de valores cristãos, ética, igualdade e solidariedade.

Valores

- Equidade – Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados, independentemente da condição social, económica ou religiosa;
- Ética – Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno;
- Rigor e transparência – Consolidar o rigor institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes;
- Qualidade e eficiência – Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descuidar a eficiência e a sustentabilidade económica.

Política de Gestão

O Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro propõe-se a prestar serviços que respondam com responsabilidade, criatividade e qualidade às expectativas dos seus utentes, tendo como referencial a norma NP EN ISO 9001:2015 para as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres, Centro de Dia, Centro de Convívio, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário.

Propõe-se ainda, assegurar o nível A nas respostas sociais ativas, onde sejam aplicáveis os modelos de avaliação do Instituto de Segurança Social, melhorando continuamente a eficácia do sistema de gestão.

Para isso procurará:

- Conhecer as necessidades dos utentes com vista à sua satisfação;
- Valorizar, continuamente, os recursos humanos através da sua formação, realização, motivação e satisfação;
- Suprimir necessidades existentes na comunidade no qual se integra o CSPPRG;
- Alcançar os objetivos estipulados referentes aos processos definidos;
- Incrementar medidas ambientais que eliminem o desperdício;
- Garantir a satisfação dos parceiros com os quais estabelece protocolos.

4.2. Organigrama



ORGANIGRAMA DE MACRO-ESTRUTURA

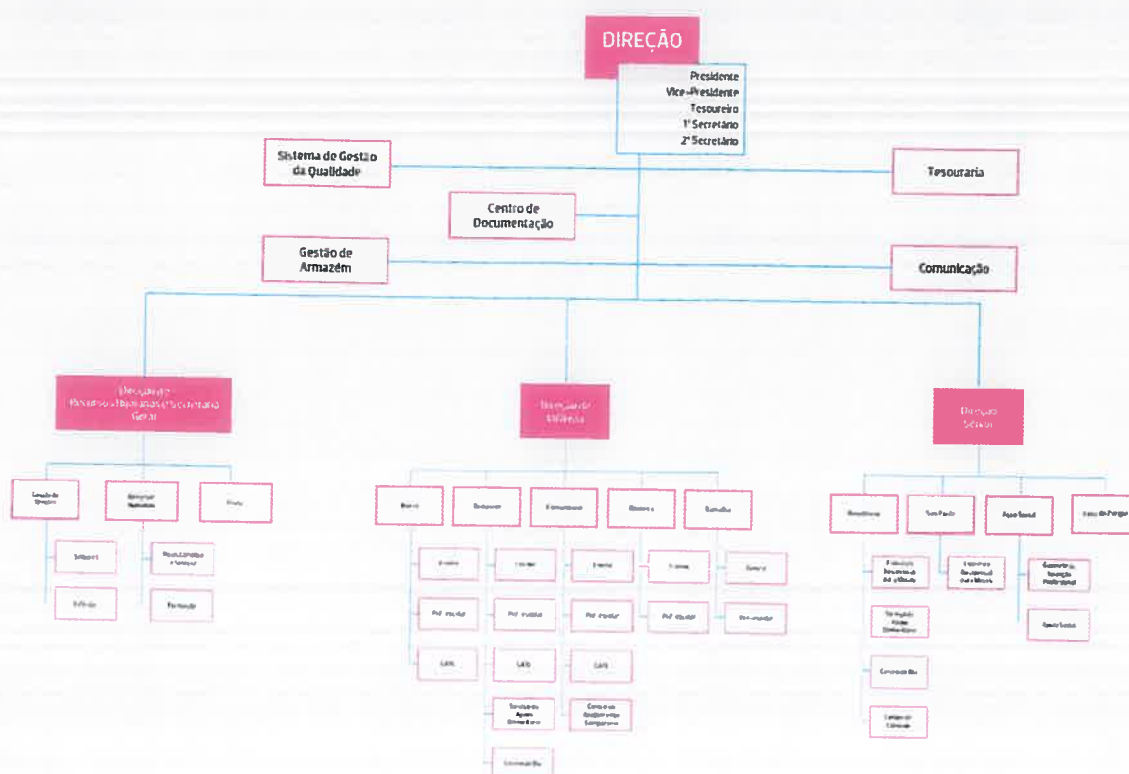


Figura 2 - Organigrama de Macro-Estrutura_2017

4.3. Recursos Humanos

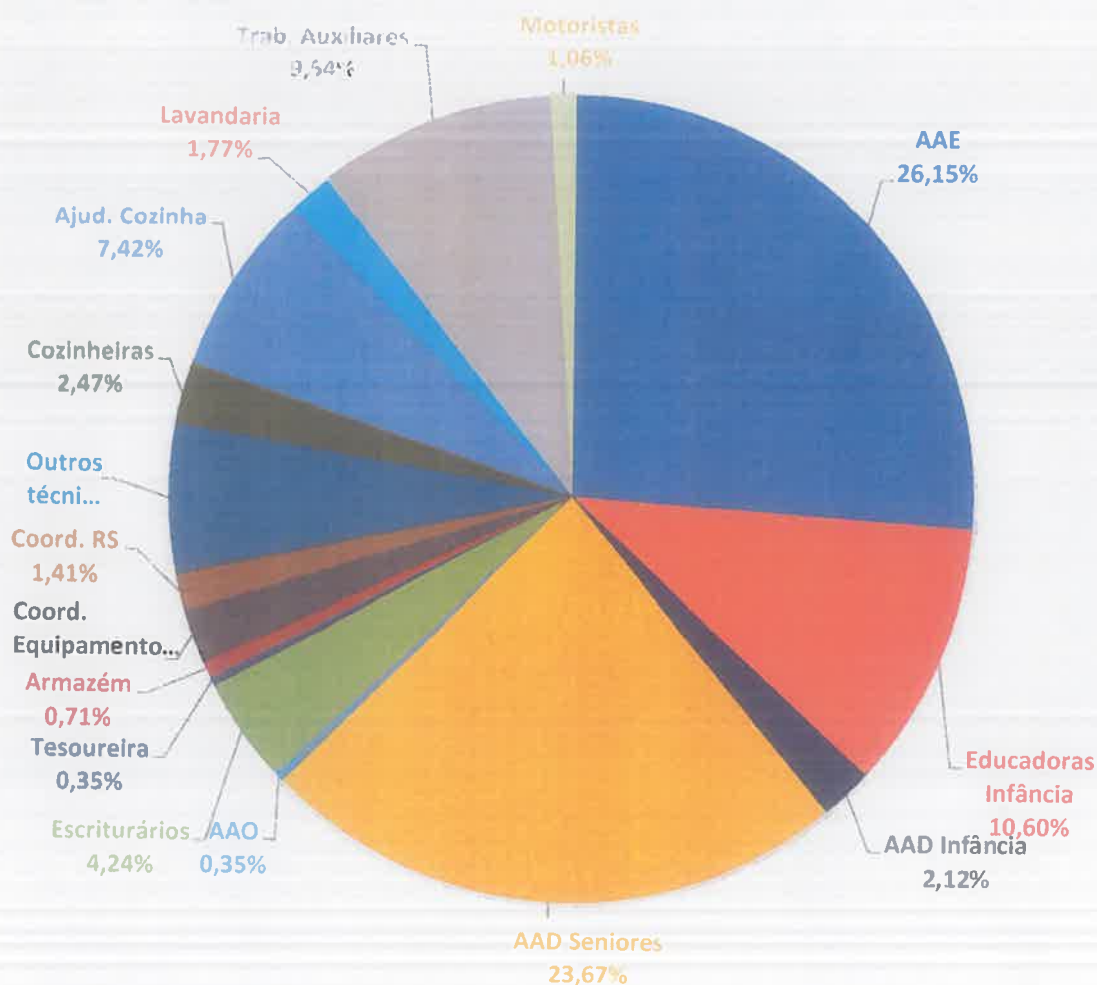


Figura 3 - Colaboradores por Cat. Profissional_2017

Durante o ano de 2017, o Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro teve ao seu serviço, em **média, 294 colaboradores**.

Comparativamente ao ano de 2016, o nº de colaboradores diminuiu em 2017 em cerca de 4,00%, verificando-se a diminuição nas categorias com maior número de colaboradores afetos e um aumento, ainda que pouco significativo, nas categorias de "topo".

Verificou-se, no ano de 2017, a diminuição do nº de colaboradores até aos 40 anos de idade e, pelo reverso, um aumento bastante significativo do nº de colaboradores entre os 45 e os 55 anos. Esta situação verifica-se, principalmente, pela dificuldade no recrutamento para a função de Ajudante de Ação Direta, levando à contratação de colaboradores com idade mais avançada.

Quanto ao vínculo contratual, o nº de colaboradores diminuiu, principalmente, no vínculo a termo certo. Esta situação deve-se, em parte, ao regresso de alguns colaboradores com vínculo sem termo de baixa e/ou licença, levando à verificação da caducidade de alguns contratos a termo certo, que deixaram assim de ser necessários.

As horas de formação proporcionadas aos colaboradores durante o ano de 2017 tiveram um aumento de cerca de 50,00%, face ao ano transato, resultando no enriquecimento profissional da mão-de-obra da Instituição e também no aumento da sua motivação. Este aumento verifica-se, principalmente, pela parceria conseguida com o IEFP, através da disponibilização de ações de formação gratuitas.

O processo de avaliação de desempenho por competências, com resultados em 2017 face ao ano letivo 2016/2017, obteve avaliações, em média, semelhantes às do ano letivo anterior. Verificou-se, ainda que pouco significativo, um aumento da média de avaliações nas funções de Educadora de Infância e Motoristas, e a diminuição nas avaliações das funções de Ajud. Cozinha e Trab. Auxiliares. Face aos resultados do processo de avaliação de desempenho, e numa visão global por parte da Direção da Instituição, procurou-se fazer incidir as ações de formação nas categorias profissionais onde os resultados foram inferiores ao expectável.

Relativamente ao absentismo, observou-se, na generalidade, uma diminuição bastante significativa, tanto ao nível das ausências justificadas como das baixas médicas. Ao nível das faltas justificadas, a maior redução verificou-se no equipamento Renascer, com uma grande diminuição das ausências justificadas descontadas. Quanto às baixas médicas, as maiores reduções encontraram-se nos equipamentos Renascer, Bairro e Ramalha. Por outro lado, verificou-se um aumento nas ausências justificadas no equipamento do Bairro, com maior incidência nas faltas justificadas descontadas.

- Categoria Profissional

Cat. Profissional	2016 (31 Dez)	2017 (31 Dez)	Evolução
Ajud. Ação Educativa	79	74	-6,33%
Ajud. Ação Direta Seniores	66	67	+1,52%
Educadoras Infância	31	30	-3,23%
Trab. Auxiliares	25	27	+8,00%
Ajud. Cozinha	24	21	-12,50%
Escriturários	11	12	+9,09%
Cozinheiras	8	7	-12,50%
Ajud. Ação Direta Infância	6	6	0,00%
Coord. Equipamento	6	6	0,00%
Emp. Lavandaria	5	5	0,00%
Coord. RS	3	4	+33,33%
Motoristas	3	3	0,00%
Tesoureira	1	1	0,00%
Ajud. Atividades Ocupacionais	1	1	0,00%
Fiel Armazém	1	1	0,00%
Emp. Armazém	1	1	0,00%
Diretoras	2	3	+50,00%
Outros Técnicos	21	13	-38,10%
Total	294	282	-4,08%

- Faixa Etária

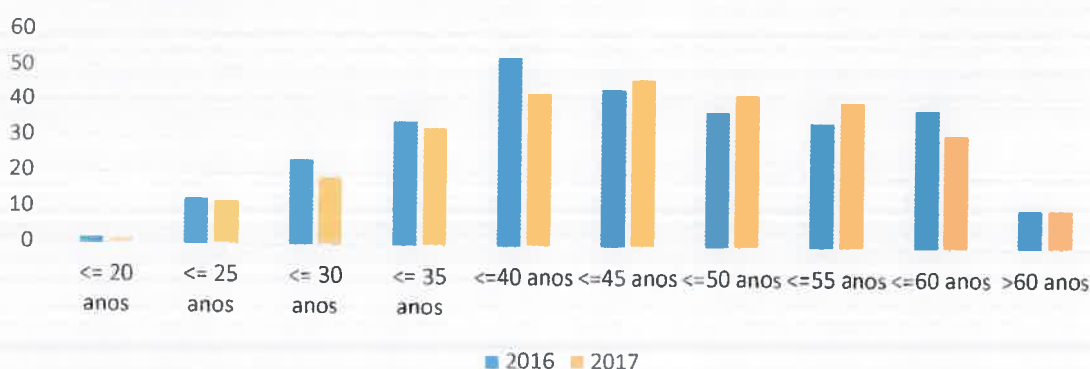


Figura 4 - Colaboradores 2016_2017/Faixa Etária

Cat. Profissional	2016 (31 Dez)	2017 (31 Dez)	Evolução
<= 20 anos	2	1	-50,00%
<= 25 anos	13	12	-7,69%
<= 30 anos	24	19	-20,83%
<= 35 anos	35	33	-5,71%
<=40 anos	53	43	-18,87%
<=45 anos	44	47	+6,82%
<=50 anos	38	43	+13,16%
<=55 anos	35	41	+17,14%
<=60 anos	39	32	-17,95%
>60 anos	11	11	0,00%
Total	294	282	-4,08%

• Absentismo

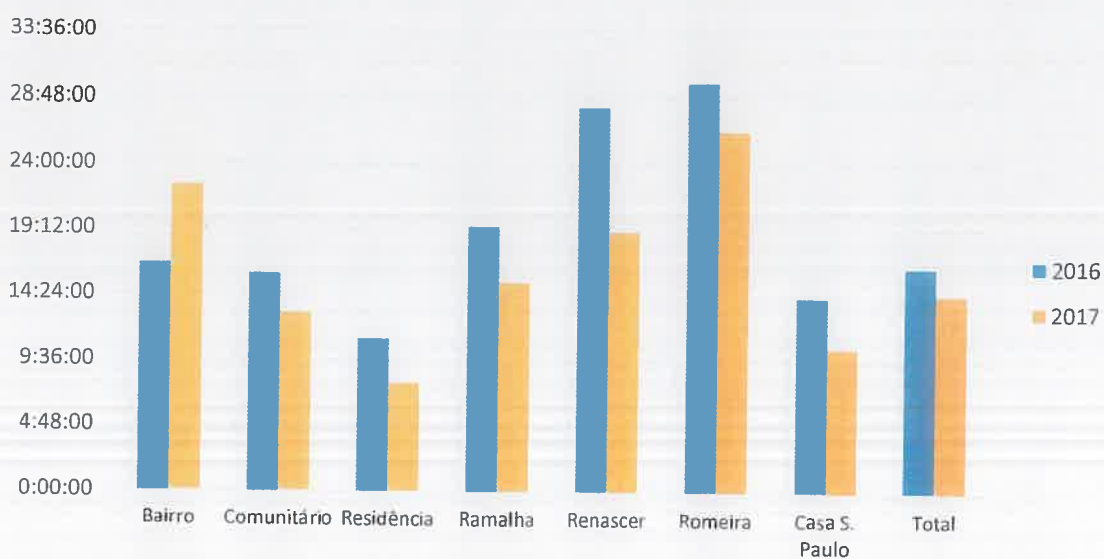


Figura 5 - Média Horas Faltas Justificadas/Colaborador

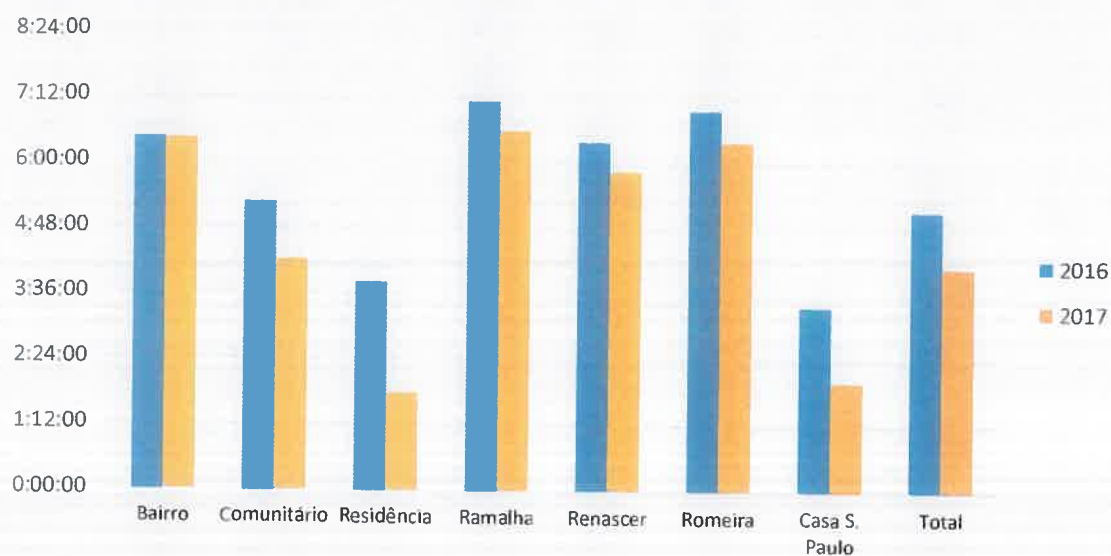


Figura 6 - Média Horas Faltas Justificadas Remuneradas/Colaborador

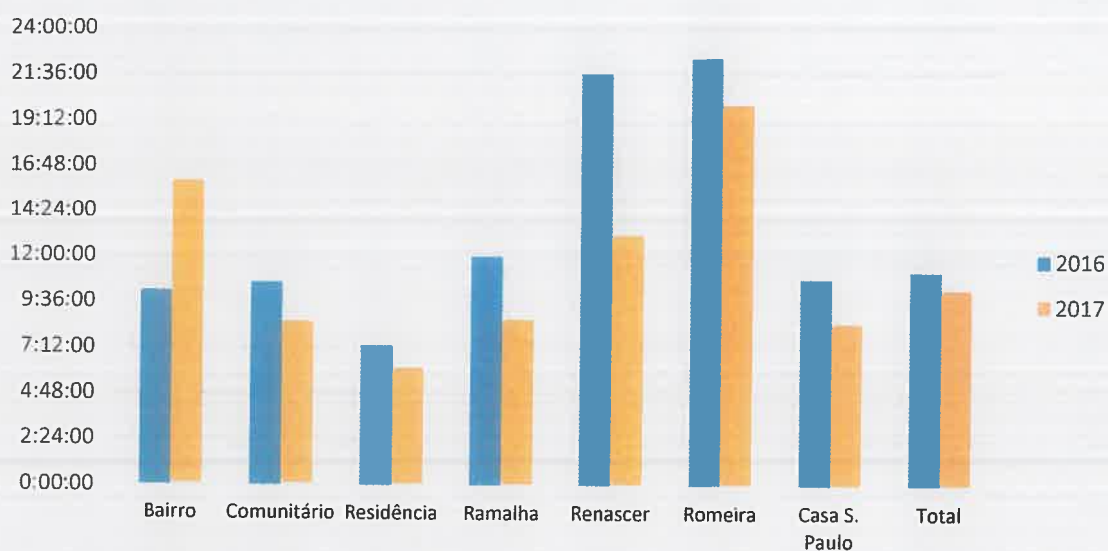


Figura 7 – Média Horas Faltas Justificadas Descontadas/Colaborador

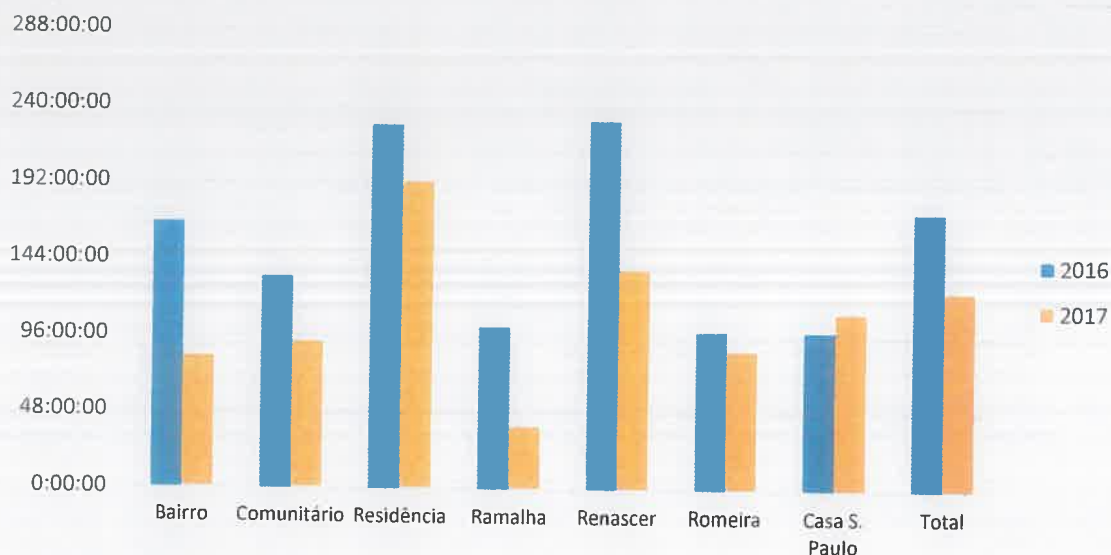


Figura 8 - Média Horas Baixa/Colaborador

- Vínculo Contratual

Vínculo Contratual	2016 (31 Dez)	2017 (31 Dez)	Evolução
Termo Certo	50	41	-18,00%
Termo Incerto	5	5	0,00%
Sem Termo	239	235	-1,67%
Estágio Prof.	0	1	+100,00%
Total	294	282	-4,08%

- Formação

Horas Formação	2016	2017	Evolução
Bairro	312h30	524h00	+67,68%
Renascer	173h00	239h00	+37,75%
Comunitário	260h30	265h00	+1,73%
Romeira	165h30	222h30	+34,44%
Ramalha	195h30	212h30	+8,70%
Residência	593h30	1124h00	+89,39%
Casa São Paulo	322h00	430h00	+33,54%
Total	2022h30	3017h00	+49,17%

- Avaliação de Desempenho

Cat. Profissional / Média Avaliação	2015_2016	2016_2017	Evolução
Ajud. Ação Educativa	3,8	3,8	0,00%
Ajud. Cozinha	3,4	3,1	-8,82%
Ajud. Ação Direta	3,6	3,5	-2,78%
Cozinheiras	3,8	3,8	0,00%
Educ. Infância	3,8	4,0	+5,26%
Emp. Lavanderia	3,5	3,5	0,00%
Escriturários	3,7	3,6	-2,70%
Motoristas	3,5	3,7	+5,71%
Trab. Auxiliares	3,8	3,5	-7,89%

5. Atividade da Instituição

JANEIRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PES)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1	Edição da revista «Social» nº 11	Externamente: divulgar a missão da Instituição. Internamente: divulgar os grandes temas da instituição entre colaboradores reforçando o seu desenvolvimento com a missão.	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sênior	Crianças, Seniores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
1-20	Período de Reuniões de Encarregados de Educação	Informar os pais do ponto de situação dos projetos de sala; Proporcionar um momento formativo ou lúdico-pedagógico para as famílias (1.1/2.3)	Educadoras de Infância e Responsáveis de CATL/ELP	Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, questionário de satisfação e registo em modelo próprio
1-20	Entrega das Avaliações Trimestrais	Apresentar a avaliação do 1º período dos Projetos Pedagógicos/Curriculares de Sala (1.1)	Educadoras de Infância	Coordenadoras de Equipamento e Pedagógicas	Registo em modelo próprio
6	Dia de Reis	Assinalar o Dia dos Reis Magos, de forma lúdica (2.1/2.3)	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sênior	Comunidade Educativa e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
Data a definir	Intercâmbio inter geracional	Promover a autoestima dos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, partilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas Seniores	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica

FEBREIRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PES)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
15	Despertar de fé	Formar continuamente Equipa Pedagógica no âmbito do desenvolvimento pessoal e cristão (1.1)	Catequese de Setúbal	Educadores Equipa pedagógica	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
20	Comemoração do Dia dos Pastorinhos	Fomentar os valores cristãos à luz da vida dos três pastorinhos no âmbito da comemoração do centenário das Aparições de Fátima (2.1)	Educadoras de Infância e Técnicas da Resposta Social Sénior	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
Data a definir	Desfile de Carnaval das crianças	Envolver as crianças em atividades propostas pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Colaboradores e C.M.A.	Equipa pedagógica Crianças e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
Data a definir	Desfile de Carnaval dos seniores	Envolver os seniores em atividades de cariz lúdico (2.3)	Colaboradores e Seniores	Seniores, Familiares e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação sénior
Data a definir	Auditoria externa	Verificar a eficácia do sistema de gestão segundo a norma 9001/2008 e os MAQUSS (1.3)	ETC (empresa internacional de certificação)	Todas as respostas sociais e todos os colaboradores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Relatório de Auditoria Externa

MARÇO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PES)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1	Início da caminhada Quaresmal nos Equipamentos de Infância e Seniores	Iniciar a caminhada Quaresmal de forma criativa, lúdica e pedagógica tornando presente os valores cristãos (2.1/2.3)	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sênior	Crianças, seniores, Colaboradores e toda a Comunidade Educativa	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
19	Comemorar o dia de São José	Comemorar o dia do Pai (dia de São José) de forma lúdica (2.1/2.3)	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sênior	Crianças, Pais, Seniores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
Data a definir	Formação trimestral sobre voluntariado	Formar continuamente os voluntários da Instituição (1.3)	Psicólogo e Técnica Sup. Serviço Social	Voluntários	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e CAT
Data a definir	Intercâmbio inter geracional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido de solidariedade, partilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica

ABRIL 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PES)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1-20	Entrega da Avaliação Trimestral Equipamentos de Infância	Apresentar a avaliação do 2º período dos Projetos Pedagógicos/Curriculares de Sala (1.1)	Educadoras de Infância	Coordenadoras de Equipamento e Pedagógicas	Relatório de avaliação
23	Dia Paroquial do doente (Domingo da Misericórdia)	Proporcionar o convívio entre utentes da Instituição e a comunidade (2.1/2.3)	Equipa Técnica da Residência	Seniores e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior
Data a definir	Festa de Páscoa (no equipamento do Bairro)	Assinalar a época pascal, num momento de convívio entre crianças, trabalhadores e comunidade (2.3)	Equipa do Bairro com a colaboração das Equipas dos Equipamentos de Infância	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica

MAIO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1	Edição da revista "Sociedade" nº 12 Maio	Externamente: divulgar a missão da Instituição. Internamente: divulgar os grandes temas da instituição entre colaboradoras reforçando o seu desenvolvimento com a missão	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sêniores	Crianças, Sêniores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipas sénior e coordenação pedagógica
1-20	Mês de Maria, Mês da Mãe e do Rosário	Homenagear todas as mães, com alguns momentos assinalados de forma lúdica e pedagógica (2.1/2.3)	Equipes dos Equipamentos de Infância e Sêniores	Equipes, Crianças e Sêniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipas sénior e coordenação pedagógica
1	Festa da Adoração	Celebrar uma festa tradicional da freguesia da Cova da Piedade com a Comunidade (2.1/2.3)	Equipamento da Romeira	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica
2,3	Instituições novas úteis	Angariar candidaturas para as vagas nas diferentes respostas sociais para o ano letivo 2017/18 (1.1)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em modelo próprio
4 e 11	Renovações da Matrícula	Renovar a matrícula para o ano letivo 2017/18 (1.1)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em modelo próprio
10	Despertar da Fé	Formar continuamente Equipa Pedagógica no âmbito do desenvolvimento pessoal e cristão (1.1)	Catequese de Setúbal	Educadores Equipes pedagógicas	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
20	Peregrinação de Infância a Fátima	Proporcionar um momento de evangelização às crianças de Pré-escolar e celebrar as aparições de N.ª Sr.ª de Fátima (2.1)	Equipamentos de Infância	Crianças e Equipes de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica
Data a definir	Inter-escolas	Promover a participação das crianças num contexto formal de expressão artística. Partilhar o trabalho realizado pelas crianças nas diferentes Instituições Educativas (2.3)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica
Data a definir	Festa Verde	Promover a ecologia junto dos utentes e da comunidade (2.3)	Equipamentos de Infância	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica

JUNHO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1-20	Período de Reunião de Encarregados de Educação	Realizar uma avaliação participada do Projeto Pedagógico e Curricular de Sala (1.1/2.3)	Educadores de Infância, Responsáveis da CATI/ELP	Encarregados de Educação	Registo em ata da reunião de coordenação pedagógica. Resultado do questionário de satisfação
1	Dia Mundial da Criança	Comemorar o Dia Mundial da Criança, com atividades lúdico e pedagógico nos Equipamentos de Infância (2.1)	Equipes dos Equipamentos de Infância	Crianças	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação pedagógica
23 e 24	Celebração do S. João de Ramalha - Procissão, Momento de Oração e Arraial/Festa Final de Ano dos Equipamentos de Infância na Ramalha	Assinalar o S. João da Ramalha/Festa Final de Ano letivo (2.1/2.3)	Equipamento da Ramalha com apoio do CSPPRG	Comunidade, Colaboradores, Encarregados de Educação e suas Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação pedagógica. Resultado do questionário de satisfação
Data a definir	Arraial Sénior	Proporcionar momentos de convívio e promover laços afetivos entre o idoso e sua família (2.3)	Técnicos das Respostas Sociais de Sêniores	Sêniores, Comunidade, Colaboradores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, coordenação sénior. Resultado do questionário de satisfação
Data a definir	Festa final "Cultura Aberta"	Encerramento das atividades realizadas no Centro de Convívio (2.3)	Técnicos das Respostas Sociais de Sêniores	Sêniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e questionário de satisfação sêniores
Data a definir	Festa da Comunidade (dia do corpo de Deus)	Homenagem aos professores, Bênção das crianças e das famílias (2.1/2.3)	Presidente e Técnicos	Crianças e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de coordenação pedagógica
Data a definir	Formação trimestral sobre voluntariado	Formar continuamente os voluntários da Instituição (1.1)	Psicólogo e Técnica Sup. Serviço Social	Voluntários	Registo em ata na reunião mensal de equipas seniores e CAT
Data a definir	Marchas Populares das Escolas e equipamentos de Infância	Envolver as crianças em atividades propostas pela Câmara Municipal de Almada (2.3)	Colaboradores e C.M.A.	Equipes pedagógicas Crianças e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica

JUNHO 2017 (CONTINUAÇÃO)					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
Data a definir	Questionários de satisfação de serviços/ Infância e Sêniores e Departamento da Comunicação	Aferição dos níveis de satisfação com os serviços, recursos humanos e equipamentos da Instituição (1.1)	Assessora da Comunicação	Encarregados de Educação na Infância, Utentes e Familiares em Sêniores	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final
Data a definir	Questionários de satisfação de serviços aos colaboradores e departamento da Comunicação	Aferição dos níveis de satisfação com os serviços, recursos humanos e equipamentos da Instituição (1.1)	Assessora da Comunicação	Colaboradores do CSPPRG	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final
Data a definir	Questionário de Satisfação da Formação	Aferição dos níveis de satisfação relativamente à formação realizada pelos colaboradores (1.1)	Administrativo da Secretaria Central	Colaboradores do CSPPRG	Tratamento estatístico de dados e relatório escrito final
Data a definir	Intervenção inter-generacional	Promover a autoestima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido da solidão, partilha e respeito pela população sénior (2.2)	Educadoras de Infância e Técnicas	Crianças e Sêniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipas sénior e coordenação pedagógica
Data a definir	Auditoria interna	Verificar a eficácia do sistema de gestão segundo a norma ISO 9001/2008 e os MAQUISG (2.1)	Equipes de Auditores Internos	Centro Comunitário +CAT Ramalha-Infância Romeira	Registo em ata na reunião mensal de técnicas. Relatório de Auditoria Interna

JULHO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1 a 20	Entrega das Avaliações Trimestrais	Apresentar a avaliação do 3º período dos Projetos Pedagógicos/Curriculares de Sala (1.1)	Educadoras de Infância	Coordenadoras de Equipamento e Pedagógicas	Registo em modelo próprio
15	Atividades com as famílias de colaboradores	Promover momentos de convívio entre colaboradores (1.1)	A definir	Colaboradores e suas famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
21	Incarregamento dos equipamentos de Infância, com a entrega do Equipamento do Refeitorio	Permitir que colaboradores gozem o seu período de férias (1.1)	CSPPRG	Colaboradores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica
Data a definir	Colónia de Prática resposta social Pré-escolar, CATE/ELP, Resposta Creche	Promover a socialização Creche, Proporcionar às crianças o contato com a água e um espaço exterior à sala, PE e Séniores, Proporcionar o contacto com outros locais de intervenção	Equipes das Equipamentos de Infância e Sénior	Crianças e Séniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa sénior e coordenação pedagógica

AGOSTO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1 a 14	Profundamento às Respostas Sociais de Infância, no equipamento Refeitorio	Dar resposta social às famílias que não possam permanecer com as crianças neste período (1.1)	Colaboradores de todos os Equipamentos de Infância	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião de Direcção e avaliação na reunião mensal de técnicas

AGOSTO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
30 e 31	Organização do espaço físico dos equipamentos de Infância	Preparar as salas e os espaços comuns para a recepção das crianças e respectivas famílias (1.1)	Equipes das Salas e Coordenadoras de Equipamento	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica

SETEMBRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1	Abertura dos Equipamentos de Infância à comunidade educativa	Receber as crianças e famílias dando a conhecer toda a equipa pedagógica (2.3)	Equipes das Salas e Coordenadoras de Equipamento	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
2	Encontro/ passeio de colaboradores	Dar as boas vindas aos colaboradores, proporcionando um momento de confraternização	Presidente, Vice-Presidente (Padre José Pinheiro, Ana Luisa Causa), Diretoras de Infância, Sénior e Recursos Humanos	Colaboradores da Instituição	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
8/09/10	Festas de Nossa Senhora da Piedade	Obrigar a Instituição e o Equipamento junto da comunidade através de atividades propostas pelas várias Respostas Sociais (2.1/2.3)	Direção, Coordenadoras de equipamento e de Resposta Social e Equipes	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
Data a definir	Despertar da li	Formar continuamente Equipa Pedagógica no âmbito do desenvolvimento pessoal e crítico (1.1)	Catequese de Setúbal	Educadoras Equipes pedagógicas	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
Data a definir	Apresentação dos professores das Atividades de Complemento Curricular (Equipamentos de Infância)	Dar a conhecer aos pais o leque de atividades e respostas professores, para o presente ano lectivo (2.3)	Professores das Atividades de Enrichcimento Curricular	Encarregados de Educação da resposta social Pré-escolar	Registo em ata na reunião de coordenação pedagógica Resultado do questionário de satisfação
Data a definir	Apresentação do PESI nos Equipamentos de Infância	Apresentar as atividades ao Projeto Educativo e Social da Instituição (PESI) (2.1/2.3)	Equipes das Salas, Coordenadoras de Equipamento, Coordenadoras Pedagógicas	Crianças e Encarregados de Educação	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica Resultado do questionário de satisfação
Data a definir	Formação trimestral para voluntários	Proporcionar aos voluntários formação nas suas diferentes áreas e grupos destinatários (1.1)	Formadores e equipa técnica	Voluntários	Registo em ata na reunião mensal de técnicas Resultado do questionário de satisfação



OUTUBRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
1-30	Mês do Idoso	Homenagear o idoso com diversas atividades lúdicas (2.1/2.3); Desenvolver atividades com vista à promoção da relação e partilha de saberes entre crianças e idosos (2.2)	Técnicas da Resposta Social de Seniores	Crianças, Seniores e Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica e sénior
1-20	Período de Reuniões com os Encarregados de Educação	Dar a conhecer aos Encarregados de Educação, o Projeto Pedagógico e Curricular de Sala (1.1/2.3)	Educadores de Infância e Responsáveis de CATU/EIP	Encarregados de Educação	Registo em ata da reunião de coordenação pedagógica. Resultado do questionário de satisfação
2	Dia do Anjo da Guarda	Proporcionar um momento de evangelização aos utentes da Instituição (2.1)	Equipa das respostas sociais infância e seniores	Crianças, Seniores e familiares	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
11	Festa de apresentação das Atividades da Cultura Aberta	Início das atividades realizadas no Centro de Convívio (2.3)	Técnicas das respostas sociais de seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação sénior
13	Processão de Velas	Proporcionar à comunidade da Romeira a participação numa atividade católica (2.1/2.3)	Equipamento da Romeira	Comunidade	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
18 (10.11)	Simulacro de Sismo	Verificar a eficácia da formação e plano de evacuação de edifícios (1.1)	Equipa dos Equipamentos de Infância e Seniores	Colaboradores, crianças, seniores e visitantes	Registo em ata na reunião mensal. Relatório no Dossier Medidas Proteção
16-19	Retiro doentes e fátima	Proporcionar momentos de evangelização entre os utentes (2.1)	Técnicas e equipas das respostas sociais seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação sénior
18	Simulacro de Combate Contra Incêndios	Verificar a eficácia da formação e plano de combate a incêndios e evacuação de edifícios (1.1)	Equipa dos Equipamentos de Infância e Seniores	Colaboradores, crianças, seniores e visitantes	Registo em ata na reunião mensal de técnicas. Relatório no Dossier Medidas Proteção
Data a definir	Auditorias Internas	Verificar a eficácia dos processos e instruções de trabalho (1.1)	Equipa de Auditores Internos	ENP; SAD; RAMALHA, BAIRO CD e SAD Renascer	Relatório de Auditorias

NOVEMBRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
2	Comemoração do Dia de todos os Santos	Assinalar o dia de todos os Santos (2.1)	Equipa Pedagógica	Crianças dos Equipamentos de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
10	Comemoração do Dia de S. Martinho	Assinalar o dia de S. Martinho, de forma lúdica e pedagógica, nos diversos equipamentos (2.3)	Equipa dos Equipamentos de Infância e Seniores	Comunidade educativa e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
26	Caminhada do Advento	Iniciar a caminhada do Advento de forma criativa, lúdica e pedagógica (2.1/2.3)	Equipa dos Equipamentos de Infância e da Residência	Crianças, Seniores e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica
29	Caminha de do Advento	Abrir uma Temática Religiosa, lança do pelo Presidente e partilhá-lo com os colaboradores do C.S.P.P.R.G.	Colaboradores do CSPPRG	Colaboradores do CSPPRG	Registo em ata na reunião mensal de técnicas
Data a definir	Auditorias Internas	Verificar a eficácia dos processos e instruções de trabalho (1.1)	Equipa de Auditores Internos do CSPPRG	Ramalha, Bairro CD e SAD Renascer	Relatório de Auditores
Data a definir	Envia da Sagrada Família	Proporcionar momentos de evangelização entre os utentes e seus familiares (2.1)	Equipa dos Equipamentos de Infância	Crianças e Encarregados de Educação dos Equipamentos de Infância	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e coordenação pedagógica

DEZEMBRO 2017					
DIA	ATIVIDADE PROPOSTA	OBJETIVOS (Correlacionados com objetivos do PESI)	DINAMIZADORES	DESTINATÁRIOS	AValiação
20	Festa de Natal da Instituição (local a definir)	Comemorar o nascimento de Jesus com os colaboradores, proporcionando um momento de enriquecimento espiritual e de convívio (1.1)	Equipa dos Equipamentos de Infância e da Residência	Colaboradores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Festa de Natal Seniores	Assinalar o época Natalícia e promover o espírito de convívio (2.3)	Técnicas e equipas das respostas sociais seniores	Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas, reunião de equipa seniores e questionário de satisfação seniores
16	Festa de Natal da Infância	Assinalar a época natalícia, envolvendo os diferentes parceiros educativos, na organização de um espetáculo para as crianças utentes da Instituição (2.3)	Colaboradores e Familiares, dos Equipamentos de Infância	Crianças, e Famílias	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e na reunião de coordenação dos equipamentos
Data a definir	Intercâmbio intergeracional	Promover o auto-estima aos idosos e proporcionar às crianças o sentido da solidariedade, partilha e respeito pelos seniores (2.2)	Educadores de Infância e Técnicas	Crianças e Seniores	Registo em ata na reunião mensal de técnicas e reunião de equipa seniores

Figura 9 - Extratos PAA 2016/2017_2017/2018

- Infância

Os utentes das respostas sociais de Infância distribuem-se entre os 5 equipamentos de Infância do CSPRG: Bairro, C. Comunitário, Renascer, Romeira e Ramalha.

Nestes equipamentos são desenvolvidas as respostas sociais de Creche, Pré-Escolar, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Centro de Acolhimento Temporário (CAT), verificando-se, em dezembro de 2017, a frequência de 794 crianças.

Durante o ano 2017 foram desenvolvidas as atividades pedagógicas de acordo com o plano de atividades 2016/2017 e 2017/2018, tendo, além dessas, os utentes acesso a diversas atividades de complemento curricular disponibilizadas em cada equipamento. A atividade dos CATL é ainda complementada com o apoio ao estudo a matemática e inglês, disponibilizado gratuitamente pela Instituição.

Aos utentes de infância é ainda disponibilizado transporte escolar, para as escolas de 1º e 2º ciclo do concelho de Almada e, também, transporte de e para casa, de acordo com as necessidades dos mesmos.

Ocupação Vagas Dezembro 2017

N	Sala	EQUIPAMENTO	Resposta Social	NOME	CORDO		Total Equipamento		NOTAS
1	12	BAIRRO ANC	A N.Creche*Bercário	ANC-Bercário	32	7	6	33	
2	13	BAIRRO ANC	A N.Creche*1ano	ANC-1Ano		10	11		
3	14	BAIRRO ANC	A N.Creche*2anos	ANC-2Anos		15	16		
4	9	BAIRRO BERÇO	O Berço*Bercário	BER-Bercário	35	8	7	36	
5	10	BAIRRO BERÇO	O Berço*1ano	BER-1Ano		12	12		
6	11	BAIRRO BERÇO	O Berço*2anos	BER-2Anos		15	17		
7	1	BAIRRO	Bairro*Azul	Azul	150	25	25	149	
8	2	BAIRRO	Bairro*Arco-íris	Arco-íris		25	25		
9	3	BAIRRO	Bairro*Amarela	Amarela		25	24		
10	4	BAIRRO	Bairro*Verde	Verde		25	25		
11	5	BAIRRO	Bairro*Rosa	Rosa		25	25		
12	6	BAIRRO	Bairro*Laranja	Laranja		25	25		
13	7	BAIRRO	Bairro*CATL 1c	CATL1	105		102	139	
14	8	BAIRRO	Bairro*CATL 2c	CATL2			37		
16	18	COMUNITARIO	Comunitário*Bercário	Rosa	36	6	6	36	
17	19	COMUNITARIO	Comunitário*1ano	Amarela		12	12		
18	20	COMUNITARIO	Comunitário*2anos	Verde		18	18		
19	22	COMUNITARIO	Comunitário*1ano S/A	Laranja	S/A	-	12	12	
20	21	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol1	Mil Cores	45	25	25	51	2 Regaço Materno
21	30	COMUNITARIO	Comunitário*P.Escol2	Azul		20	26		2 Regaço Materno
22	31	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 1c	CATL1	30		26	50	3 Regaço Materno
23	48	COMUNITARIO	Comunitário*CATL 2c	CATL2			24		
24	32	RENASCER	Renascer*Bercário	Passarinhos	35	8	6	36	
25	33	RENASCER	Renascer*1ano	Caracóis		12	12		
26	34	RENASCER	Renascer*2anos	Coelhinhos		15	18		
27	35	RENASCER	Renascer*P.Escolar1	Ouriços	50	25	15	37	
28	36	RENASCER	Renascer*P.Escolar2	Raposas		25	22		

29	37	RENASCER	Renascer*E.L.P	Mochos	30		14	14	
32	40	ROMEIRA	Romeira*Creche1 Pati	Patinhos	40	11	9	40	
33	41	ROMEIRA	Romeira*Creche2 Coel	Coelhinhos		11	11		
34	42	ROMEIRA	Romeira*Creche3 Ursi	Ursinhos		18	20		
35	43	ROMEIRA	Romeira* P.Esc1 Got	Gotinhas	75	25	24	50	
36	44	ROMEIRA	Romeira* P.Esc2 Peix	Peixinhos		25	26		
38	55	RAMALHA	Ramalha*Creche 1	Sonhos	43	8	8	45	
39	56	RAMALHA	Ramalha*Creche 2	Aquário Azul		10	10		
40	57	RAMALHA	Ramalha*Creche 3	Aquário Verde		10	10		
41	58	RAMALHA	Ramalha*Creche 4	Arco-íris		15	17		
42	65	RAMALHA	Ramalha*Creche 5 S/A	Casa Branca	S/A	-	15	15	
43	59	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 1	Jardim	40	20	25	51	
44	60	RAMALHA	Ramalha*J.Infância 2	Sol		20	26		
				TOTAL	746		794	794	

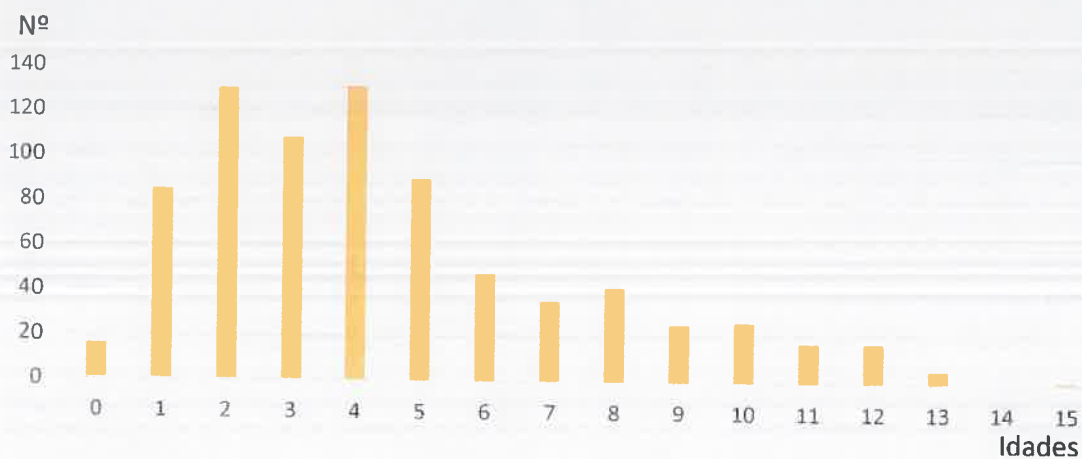


Figura 10 - Nº Utentes Infância/Idades

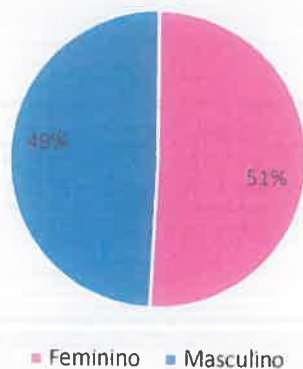


Figura 11 - % Utentes Infância/Sexo

- Seniores

Os utentes das respostas sociais Seniores distribuem-se entre os 2 equipamentos de Seniores da Instituição: Residência Nº Srª Esperança e Casa de São Paulo, assim como no equipamento Renascer (infância e seniores).

Nestes equipamentos são desenvolvidas as respostas sociais de Centro de Convívio (CC), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), verificando-se, em dezembro de 2017, a frequência de 447 utentes (172 CC / 275 restantes RS).

Durante o ano 2017 foram desenvolvidas atividades de acordo com o Projeto Educativo e Social da Instituição, disponibilizando, ainda, diversas atividades esporádicas não programadas.

O serviço aos utentes seniores é complementado com transporte de e para casa (CD), acompanhamento a consultas e/ou atividades no exterior, serviços de enfermagem/fisioterapia e acompanhamento médico.

Equipamento	RS	Nº Utentes
Residência		230
900303	ERPI	60
900301	CD	50
900302	SAD	70
900304	CC	50
Casa de São Paulo		17
901001	ERPI	17
Renascer		20
900204	CD	20
900206	SAD	15

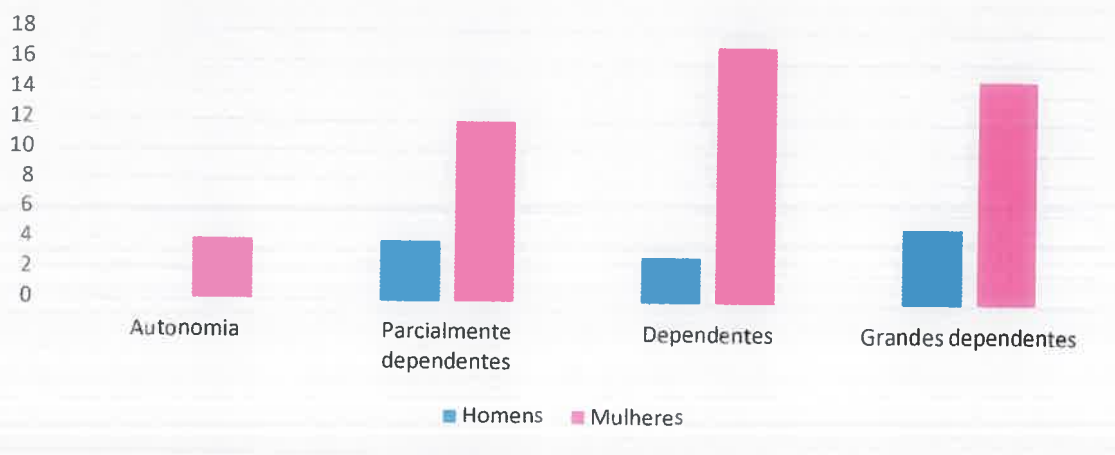


Figura 12 – Nº Utentes ERPI Residência Com Acordo/Grau Dependência_2017



Figura 13 - Nº Utentes ERPI CS Paulo Com Acordo/Grau Dependência_2017

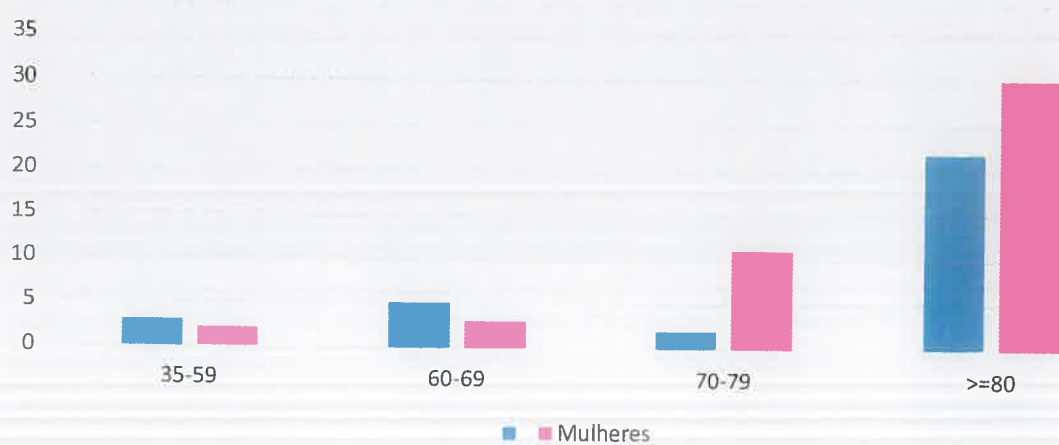


Figura 14 - Nº Utentes CD/Faixa Etária_2017

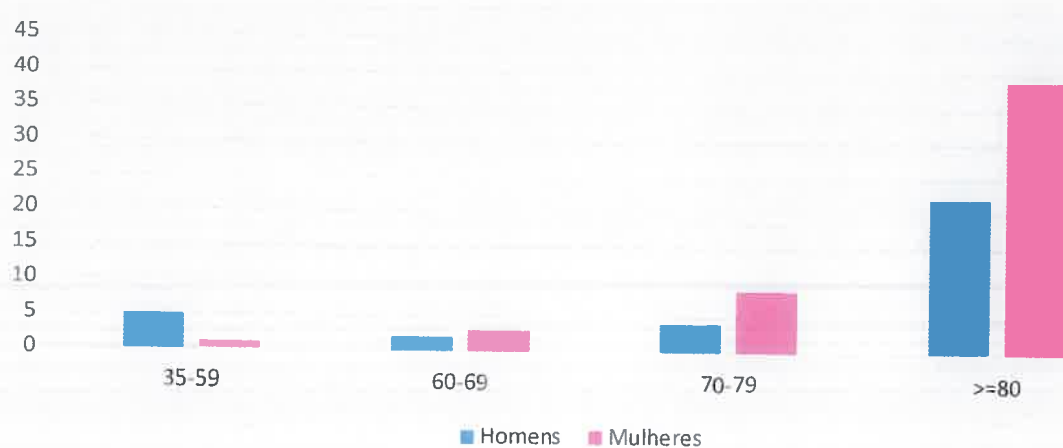


Figura 15 - Nº Utentes SAD/Faixa Etária_2017

- Cantina Social

Nº de Refeições Distribuídas							
Ano	Bairro	Comunitário	Ramalha	Renascer	Romeira	Residência	Total
2016	2 447	2 305	0	3 568	2 827	3 033	14 180
2017	2 309	2 346	0	1 799	1 168	2 112	9 734
Evolução	-5,64%	+1,78%	0,00%	-49,58%	-58,68%	-30-37%	-31,35%

- Distribuição Alimentar

Banco Alimentar				Banco Alimentar				POAPMC			
2016 Mês	Nº Agregados Famíliares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues	2017 Mês	Nº Agregados Famíliares	Nº Indiv.	Nº Cabazes entregues	2017 Mês	Nº Agregados Famíliares	Nº Indiv.	Nº Entregas Eletuantes
Janeiro	Sem Informação			Janeiro	61	182	101	Janeiro	0	0	0
Fevereiro	Sem Informação			Fevereiro	63	193	107	Fevereiro	0	0	0
Março	Sem Informação			Março	67	185	136	Março	0	0	0
Abril	Sem Informação			Abril	61	161	89	Abril	0	0	0
Maio	Sem Informação			Maio	40	107	40	Maio	0	0	0
Junho	Sem Informação			Junho	72	197	106	Junho	0	0	0
Julho	Sem Informação			Julho	60	223	107	Julho	0	0	0
Agosto	Sem Informação			Agosto	56	141	100	Agosto	0	0	0
Setembro	66	179	132	Setembro	54	134	107	Setembro	0	0	0
Outubro	70	181	135	Outubro	53	124	102	Outubro	0	0	0
Novembro	62	160	96	Novembro	60	148	99	Novembro	21	50	32
Dezembro	64	173	96	Dezembro	60	131	94	Dezembro	21	50	21
Total Cabazes 2016			459	Total Cabazes 2017			1188	Total Entregas 2017			53

- GIP

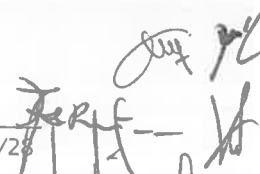
N.º Elegíveis de abrangidos por atividade												
Atividades	Objetivos contrasinalizados	Trimestre/Ano 2016					Trimestre/Ano 2017					Total Geral
		1.º	2.º	3.º	4.º	Total	1.º	2.º	3.º	4.º	Total	
Ações de informação sobre as medidas ativas de emprego e formação, oportunidades de emprego e de formação, programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação		275	269	242	274	1 060	310	403	249	284	1 246	2306
Ações de apoio à procura de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora		274	269	242	275	1 060	309	404	251	287	1 251	2311
Encaminhamento para ações de formação ou medidas de emprego		167	322	366	315	1 170	358	170	104	124	756	1926
Recepção e registo de ofertas de emprego		22	17	10	7	56	23	34	21	13	91	147
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego		245	159	75	36	515	128	215	219	135	697	1212
Colocação de desempregados em ofertas de emprego		22	19	13	8	62	15	20	13	11	59	121
Controlo da apresentação periódica das beneficiárias das prestações de desemprego		2 504	2 853	3 272	0	8 629	0	0	0	0	0	8629
						0					0	0
TOTAIS	0	3509	3908	4220	915	12552	1143	1246	857	854	4100	16652

6. Certificação de Qualidade

Quanto à certificação de qualidade, instituída no CSPPRG desde 2009, realizou-se mais uma auditoria, de renovação, durante o ano de 2017, de acordo com a NP EN ISO 9001/2018 e MAQISS ERPI, SAD, CRH, CAT, CD. Como resultado, verificou-se a manutenção da certificação de nível A, nas respostas sociais em que é aplicável.

No relatório de auditoria de certificação são evidenciadas 4 não conformidades, que durante o decorrer do ano de 2017 foram prontamente corrigidas pela Direção da Instituição: abrangência do seguro de voluntariado a todos os voluntários da Instituição, pedido de registos criminais a todos os colaboradores afetos às RS de infância, reparação do sistema de deteção de incêndios do Centro Comunitário e a criação do procedimento de registos relativos à verificação dos produtos adquiridos/rececionados no Armazém.

O processo de certificação de qualidade continua a ser para a Direção do CSPPRG fundamental para o reconhecimento externo das boas práticas desenvolvidas na Instituição, pelo que no ano de 2018 o processo continuará em vigor.



7. Investimentos e Conservação

Durante o ano de 2017 a Direção do CSPPRG promoveu diversas iniciativas de investimento na melhoria das instalações dos equipamentos da Instituição, assim como no desenvolvimento da mesma através da criação de novas formas de sustentabilidade.

Verificou-se durante o ano de 2017, comparativamente a 2016, um aumento dos valores destinados à manutenção e conservação das Instalações e Viaturas da Instituição. Este aumento deveu-se à importância atribuída pelo CSPPRG em disponibilizar aos utentes cada vez melhores condições, procurando prestar, assim, um serviço de excelência.

Conservação e Manutenção	2016	2017
Instalações	87.176,00€	102.261,00€
Contratos Manutenção	41.948,00€	74.638,00€
Viaturas	17.259,00€	24.781,00€
Total	146.383,00€	201.680,00€

Quanto à aquisição de equipamentos e material didático, no ano de 2017 houve um gasto significativamente menor face a 2016. Esta diminuição verifica-se, face ao grande investimento realizado em 2016, que neste exercício não foi necessário. De referir, ainda, neste ano de 2017, o donativo de mobiliário infantil no valor total de 5.527,00€.

Aquisição	2016	2017
Equipamento	142.914,00€	39.659,00€
Material Didático	19.187,00€	9.837,00€
Total	162.101,00€	49.496,00€

Relativamente a investimentos estruturais, com vista à incrementação da sustentabilidade da Instituição, no ano de 2017 ocorreu a compra de um terreno na zona da Romeira, com o objetivo de construção de uma nova ERPI, além de outros serviços complementares. A aquisição verificou-se através de um investimento de 300.000,00€ (trezentos mil euros), sendo um projeto que irá ter continuidade nos anos de 2018 e 2019, previsivelmente.

Após a compra do terreno e toda a sua legalização a nível de registos predial e finanças, foi adjudicado o projeto de arquitetura e realizada a limpeza do terreno.

Na primeira fase do projeto de arquitetura foi efetuado o levantamento topográfico do terreno.

8. Análise Económica e Financeira

Os proveitos e custos mantiveram-se proporcionais ao ano anterior.

O esforço de contenção de algumas despesas que originaram um resultado líquido ligeiramente melhorado.

Em grandes números pode dizer-se que os proveitos da instituição se situaram em cerca de 6,7 milhões de euros e o resultado em cerca de meio milhão.

Deste valor, e como mais expressivos, 52% correspondem a mensalidades dos utentes e 43% a subsídios decorrentes dos protocolos estabelecidos e legados à exploração.

Se atendermos que a relação com o Estado e suas instituições assentam em protocolos de base anual e que as mensalidades dos utentes são geralmente de progressão e de base anual também, mostra-se evidente que só com uma gestão cuidada e dirigida às necessidades e bom serviço dos utentes é possível equilibrar um orçamento que em que 70% dos custos (encargos com pessoal) são de base fixa.

Dada a natureza de instituição sem fins lucrativos todos os excedentes tem sido direcionados para reforço dos fundos patrimoniais.

A sua utilização tem sido dirigida para o desenvolvimento de novas valências e equipamentos e seus melhoramentos que, em termos brutos, se situam em cerca de 12,5 milhões de euros, O seu valor líquido atual, dado o desgaste/amortização, é de 7,7 milhões €.

É de realçar que esta situação se deve a uma gestão cuidada durante um conjunto largo de anos, pois é correto afirmar que praticamente todos os anos tem havido excedentes de exploração (resultados positivos dos exercícios).

Durante a relação com terceiros é de salientar o rigor da utilização das disponibilidades, pois que, no final do exercício de 2017, o passivo do Centro Paroquial não ultrapassa 1 milhão de euros, sendo que grande parte se deve a situações fiscais relacionadas com a força de trabalho e outros não vencidos a 31/12/2017.

Não obstante queremos notar que a situação equilibrada de recursos e serviços prestados à comunidade poderão ser suscetíveis de alguma variação em função da não renovação de alguns protocolos, pois o Estado e as Autarquias veem assumindo uma maior intervenção na prestação de cuidados que têm sido mais exclusivos das IPSS.

Queremos ainda evidenciar que para o conjunto dos serviços prestados aos utentes, que vão desde a creche às ERPI, são desempenhadas com agrado dos utentes por um conjunto de cerca de 300 trabalhadores, cujo encargo é de 4,3 milhões de euros, o que tem um significado importante na economia local.

Salientamos também que neste desempenho global há, para além do quadro de pessoal próprio um conjunto interessante de voluntários que são valorizados em cerca de meio milhão de euros, abrangendo médicos e outros licenciados e outras funções que assistem os nossos utentes.

Ainda a este prepósito é importante salientar que todos os elementos dos Órgãos Sociais não são remunerados.

Análise de rácios:

Em termos económicos e o CSPPRG gerou excedentes que se podem considerar confortáveis, pois o VAB do exercício foi de 4,9 milhões de €. Deste valor, mais de 88% respeitam a encargos com pessoal o que evidencia a importância que o centro tem no emprego e economia regional.

A rentabilidade dos fundos próprios ao nível de 4,6% e é um bom indicador para uma ipss, mesmo ate após ajustamento feito em reforço aos capitais próprios para adaptação aos normativos em vigor.

Foi assim nos subsídios ao investimento que vão sendo regularizados à medida de reintegração dos bens imobilizados e também na regularização das provisões feitas em anos anteriores para grandes conservações em encargos plurianuais do esmo imobilizado.

Em termos financeiros o centro apresentou estabilidade na sua gestão, pois não se mostrou necessário recorrer a mobilização das aplicações.

Os saldos em bancos, 4,3 milhões de €, foram até reforçados relativamente ao ano anterior.

Numa perspetiva de continuidade a autonomia financeira é interessante, já que os fundos próprios cobrem 92% do total do ativo líquido.

Na mesma perspetiva a Solvabilidade e liquidez geral mostram forte robustez.

A liquidez imediata é interessante, pois as disponibilidades cobrem o passivo em 4,6 vezes o passivo.

9. Perspetivas para 2018

Esta IPSS pretende continuar a garantir em 2018 a qualidade e eficiência dos seus serviços, nas diferentes respostas sociais e em todos os Equipamentos.

Nesse sentido, serão efetuadas as intervenções e beneficiações necessárias, de modo a garantir a continuidade da prestação de um serviço de qualidade, já certificado, sempre em benefício dos seus utentes e trabalhadores.

Nesse sentido, prevê-se:

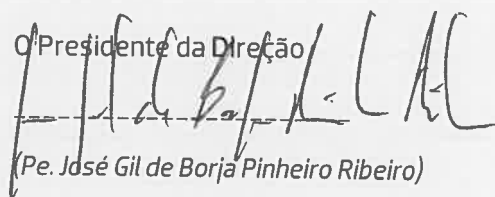
- I- Diminuição das respostas na área da infância, na sequência dos constrangimentos já elencados na Introdução, com o encerramento provável do Equipamento da Romeira;
- II- Encerramento de uma sala de pré-escolar;
- III- Relocalização da creche da Romeira noutros Equipamentos da Instituição;
- IV- Equaciona-se a possibilidade, caso exista alienação do Equipamento da Romeira, por parte do Instituto da Segurança Social, de o adquirir para uma resposta social no âmbito da deficiência, área bastante carenciada no distrito de Setúbal;
- V- Prevê-se o lançamento da 1ª pedra da Residência Nossa Senhora da Piedade, cujo projeto de arquitetura já foi entregue para aprovação na Câmara Municipal de Almada e igualmente analisado pelo Instituto de Segurança Social;
- VI- Melhoramentos no Regaço Materno a nível de pinturas e redecoração do espaço, assinalando os 20 anos da sua existência;
- VII- Realização de obras de manutenção e beneficiação nos demais Equipamentos, de acordo com as necessidades sentidas a cada momento, para cada um deles;
- VIII- Aquisição de uma nova viatura para o Serviço de Apoio Domiciliário, renovando a frota existente.

10. Proposta de aplicação de Resultados

A Direção propõe que o Resultado Líquido no montante de 551.227,78€ seja transferido para Resultados Transitados.

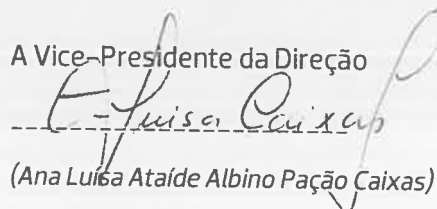
Cova da Piedade, 30 de Abril de 2018

O Presidente da Direção



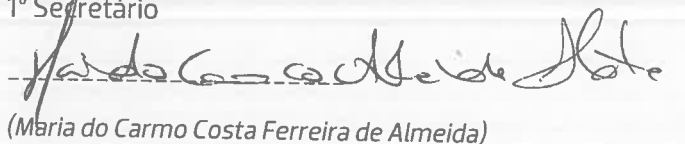
(Pe. José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro)

A Vice-Presidente da Direção



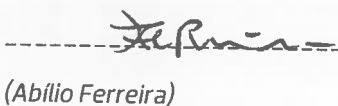
(Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas)

1º Secretário



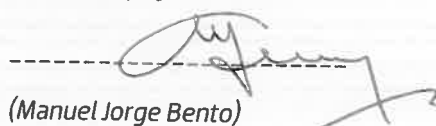
(Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida)

2º Secretário



(Abílio Ferreira)

O Tesoureiro



(Manuel Jorge Bento)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL

PADRE RICARDO GAMEIRO

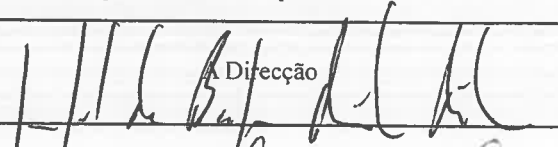
Conta de Gerência

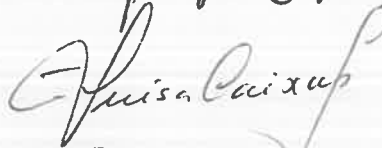
Anexo

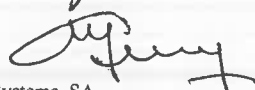
Centro Social e Paroquial Padre Ricardo Gameiro
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

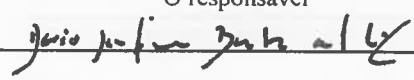
Contribuinte: 500867712
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 625 529,02	7 590 846,02
Bens do património histórico e artístico e cultural		6 492,00	6 492,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	13 275,06	11 483,55
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	5	113 675,79	115 489,77
		7 758 971,87	7 724 311,34
Activo corrente			
Inventários	9	84 949,09	61 192,33
Créditos a receber	17.3	22 731,11	25 870,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	28 089,64	49 551,79
Estado e outros entes públicos	17.10	1 292,60	1 480,10
Outros activos correntes	17.4_17.6	336 504,66	359 429,60
Caixa e depósitos bancários	17.7	4 739 071,31	4 300 883,13
		5 212 638,41	4 798 407,57
Total do ativo		12 971 610,28	12 522 718,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	57 080,17	57 080,17
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		2 954 593,62	0,00
Resultados transitados	17.8	4 456 261,85	4 031 219,44
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	3 921 340,13	4 055 445,09
		11 389 275,77	8 143 744,70
Resultado líquido do período		551 227,78	425 042,41
Total dos fundos patrimoniais		11 940 503,55	8 568 787,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	4 907,97	3 013 678,25
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		4 907,97	3 013 678,25
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	77 520,26	95 899,09
Estado e outros entes públicos	17.10	111 637,08	106 891,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	102 056,65	102 932,83
Outros passivos correntes	17.11	734 984,77	634 529,73
		1 026 198,76	940 253,55
Total do passivo		1 031 106,73	3 953 931,80
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		12 971 610,28	12 522 718,91


A Direcção


Treasurer


Secretary

O responsável




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2.017	2.016
Vendas e serviços prestados	10	3.302.713,55	3.278.661,34
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	2.735.635,65	2.683.039,08
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		268.497,48	267.838,80
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	561.886,60	534.129,37
Fornecimentos e serviços externos	17.14	990.523,22	956.698,09
Gastos com o pessoal	15	4.328.414,82	4.255.055,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	205.724,69
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	393.007,30	431.340,20
Outros gastos	17.16	49.959,48	41.253,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		769.069,86	668.018,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	281.791,23	301.758,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		487.278,63	366.259,76
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	64.035,01	58.782,65
Juros e gastos similares suportados	17.17	85,86	0,00
Resultados antes de impostos		551.227,78	425.042,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		551.227,78	425.042,41

Handwritten signatures and notes:
 Fernando do Godinho
 L. J. L.
 Afonso Pais
 João Santos

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3,371,094.46	3,324,334.63
Pagamentos de subsídios		0.00	0.00
Pagamentos de apoios		0.00	0.00
Pagamentos de bolsas		0.00	0.00
Pagamentos a fornecedores		1,512,804.44	1,771,347.44
Pagamentos ao pessoal		2,669,541.20	2,584,889.34
Caixa gerada pelas operações		-811,251.18	-1,031,902.15
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0.00	0.00
Outros recebimentos/pagamentos		1,565,744.70	1,568,715.68
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		754,493.52	536,813.53
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		381,847.15	129,479.54
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		12,053,467.00	10,417,000.00
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0.00	0.00
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		12,053,467.00	10,417,000.00
Outros ativos		0.00	0.00
Subsídios ao investimento		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		64,795.12	62,341.44
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-317,052.03	-67,138.10
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Realização de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamentos		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0.00	0.00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		437,441.49	469,675.43
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		4,300,883.13	3,831,207.70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4,739,071.31	4,300,883.13

A Direcção

O Responsável

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Nif: 500 867 712 ANO: 2017

Notas	Fundos Patrimoniais											
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado liquido	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.	
1	Posição no início do período n	57,080.17	0.00	0.00	4,031,219.44	0.00	0.00	4,055,445.09	425,042.41	8,568,787.11	0.00	8,568,787.11
	Alterações ao período:											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Alterações de políticas contabilísticas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeira	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Excedentes de reaval. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Ajustamentos por impostos diferidos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	2,954,593.62	0.00	0.00	0.00	-134,104.96	-425,042.41	2,395,446.25	0.00	2,395,446.25
		0.00	0.00	2,954,593.62	0.00	0.00	0.00	-134,104.96	-425,042.41	2,395,446.25	0.00	2,395,446.25
2												
3	Resultado líquido do período							551,227.78	551,227.78	0.00	551,227.78	
4	Resultado Extensivo							126,185.37	2,946,674.03	0.00	2,946,674.03	
	Operações com Instituidores no período											
	Fundos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	Subsídios, doações e legados	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	
	Outras operações (Aplicação Resultados)	0.00	0.00	0.00	425,042.41	0.00	0.00	0.00	425,042.41	0.00	425,042.41	
		0.00	0.00	0.00	425,042.41	0.00	0.00	0.00	425,042.41	0.00	425,042.41	
5												
6	Posição no fim do período	57,080.17	0.00	2,954,593.62	4,456,261.85	0.00	0.00	3,921,340.13	551,227.78	11,940,503.55	0.00	11,940,503.55
	(6=1+2+3+5)											




CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Mf: 500 867 712 ANO: 2016

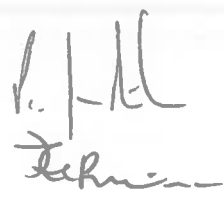
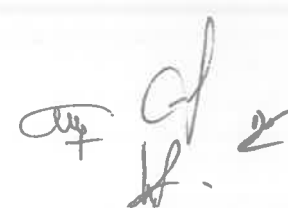
Notas	Fundos Patrimoniais									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrim.	
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos Act. Financ.	Excedentes reavaliação	Out.variaç fundos patrim.	Resultado liquido	Total			
6	Posição no início do período n-1	57,080.17	0.00	0.00	3,825,715.23	0.00	0.00	4,157,134.91	205,504.21	8,245,434.52	0.00	8,245,434.52
	Alterações ao período:											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Alterações de políticas contabilísticas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Realização do excedente de ver. de activos fixos tangíveis e intangíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Excedentes de reval. activos fixos tangíveis e intangíveis e resp. variações	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Ajustamentos por impostos diferidos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-101,689.82	-205,504.21	-307,194.03	0.00	-307,194.03
		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	-101,689.82	-205,504.21	-307,194.03	0.00	-307,194.03
7												
8	Resultado líquido do período							425,042.41	425,042.41	0.00	425,042.41	
9	Resultado Extensivo							219,538.20	117,848.38	0.00	117,848.38	
	Operações com Instituidores no período											
10	Fundos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Subsídios, doações e legados	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	Outras operações (Aplicação Resultados)	0.00	0.00	0.00	205,504.21	0.00	0.00	0.00	0.00	205,504.21	0.00	205,504.21
		0.00	0.00	0.00	205,504.21	0.00	0.00	0.00	0.00	205,504.21	0.00	205,504.21
	Posição no fim do período	57,080.17	0.00	0.00	4,031,219.44	0.00	0.00	4,055,445.09	425,042.41	8,568,787.11	0.00	8,568,787.11





Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
5	Activos Fixos Tangíveis.....	14
6	Activos Intangíveis.....	15
7	Locações	17
8	Custos de Empréstimos Obtidos	17
9	Inventários	18
10	Rédito	18
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	19
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	19
14	Imposto sobre o Rendimento	19
15	Benefícios dos empregados	19
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
17	Outras Informações.....	20
17.1	Investimentos Financeiros	20
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	21
17.3	Créditos a Receber	21
17.4	Outros Activos Correntes	22
17.5	Diferimentos	22
17.6	Outros Activos Financeiros.....	22
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	22
17.8	Fundos Patrimoniais.....	23
17.9	Fornecedores	23
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
17.11	Outros Passivos Correntes	24
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	24
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	24
17.15	Outros rendimentos e ganhos	25
17.16	Outros gastos e perdas	25
17.17	Resultados Financeiros.....	25
17.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	26

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL PADRE RICARDO GAMEIRO

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de utilidade pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 44, de 21 de Fevereiro de 1973, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 119/83, 25 de Fevereiro.

1.2 Sede

RUA RAMIRO FERRÃO, 38 * RESIDÊNCIA Nº Srª ESPERANÇA – 2805-348 ALMADA

1.3 NIPC

500 867 712

1.4 Natureza da actividade

A Instituição foi constituída em 6 de Fevereiro de 1973 e apresenta como fins estatutários promoção humana e respeito pela sua dignidade desenvolvendo actualmente as seguintes respostas:

- CRECHE
- EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
- CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES
- ESPAÇO LÚDICO-PEDAGÓGICO
- LAR DE IDOSOS
- SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
- CENTRO DE DIA
- CENTRO DE CONVÍVIO
- CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA CRIANÇAS EM RISCO
- GABINETE INSERÇÃO PROFISSIONAL
- PROGRAMA ESCOLHAS

1.5 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os membros dos órgãos directivos, para os períodos de 2016 e 2017, foram, respectivamente:

Exercício de 2016	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO (A PARTIR DE 06/08/2012)
VICE - PRESIDENTE	Dr. RAMIRO AUGUSTO FERNANDES
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO	Eng.º ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

Exercício de 2017	
Cargo	Nome
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO	PADRE JOSÉ GIL DE BORJA PINHEIRO RIBEIRO
VICE - PRESIDENTE	ANA LUÍSA ATAÍDE PAÇÃO CAIXAS
TESOUREIRO	MANUEL JORGE BENTO
SECRETÁRIA	Dra. MARIA DO CARMO COSTA FERREIRA DE ALMEIDA
SECRETÁRIO	Eng.º. ABÍLIO FERREIRA

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações.

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

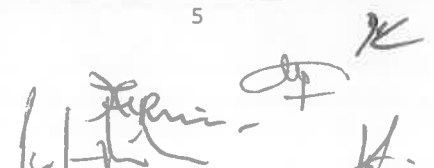
3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materiais se puderem, individualmente ou colectivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o factor determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os activos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, excepto quando a mesma reflecta a substância da transacção ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transacções, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.



3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	-----
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

[Handwritten signatures and initials]

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

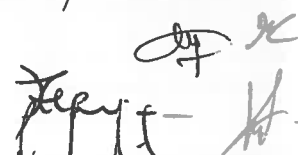
As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Outros Créditos e Activos não Correntes

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efectuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos directamente na Demonstração dos



Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Activos Intangíveis

Os “Activos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

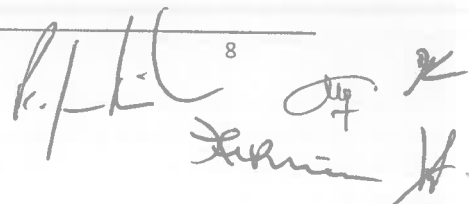
As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Activos Intangíveis	-----

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

8


3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados



com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registradas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

10
c. f. l. k
f
k
f

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

11
[Handwritten signatures and initials]

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

12
H. L. G. J. P.
Fernando H.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das

13
c. - [assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2011 a 2014 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Fixos Tangíveis

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	391.985,04			-22.340,00		369.645,04
Edifícios e outras construções	8.880.756,94	4.305,00		-67.020,00		8.818.041,94
Equipamento básico	1.316.568,83	92.332,19				1.408.901,02
Equipamento de transporte	373.183,74	26.800,00	-22.364,61			377.619,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	971.636,63	22.830,73				994.467,36
Outros Activos fixos tangíveis	294.629,83	953,25				295.583,08
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	31.571,71			89.360,00		120.931,71
Total	12.266.824,72	147.221,17	-22.364,61	0,00	0,00	12.391.681,28

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

2016				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1.831.054,46	168.833,07	-18.889,28	1.980.998,25
Equipamento básico	1.073.635,30	68.770,25		1.142.405,55
Equipamento de transporte	346.353,54	19.780,22	-22.364,61	343.769,15
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	887.095,13	34.171,50		921.266,63
Outros Activos fixos tangíveis	276.582,68	8.389,29		284.971,97
Propriedades de investimento	947,16	4.494,78		5.441,94
Total	4.415.668,27	304.439,11	-41.253,89	4.678.853,49

Activos Fixos Tangíveis

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	369.645,04	300.000,00	19.587,50			650.057,54
Edifícios e outras construções	8.818.041,94		58.762,50			8.759.279,44
Equipamento básico	1.408.901,02	10.851,25				1.419.752,27
Equipamento de transporte	377.619,13					377.619,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	994.467,36	24.122,76				1.018.590,12
Outros Activos fixos tangíveis	295.583,08	10.213,92				305.797,00
Imobilizações em curso	0,00	43.121,32				43.121,32
Obras de Arte	6.492,00					6.492,00
Propriedades de investimento	120.931,71					120.931,71
Total	12.391.681,28	388.309,25	78.350,00	0,00	0,00	12.701.640,53

Depreciações de Activos Fixos Tangíveis

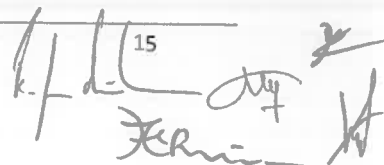
2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	1.980.998,25	170.008,32	4.701,00	2.146.305,57
Equipamento básico	1.142.405,55	56.311,90		1.198.717,45
Equipamento de transporte	343.769,15	13.575,00		357.344,15
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	921.266,63	33.743,83		955.010,46
Outros Activos fixos tangíveis	284.971,97	6.338,20		291.310,17
Propriedades de investimento	5.441,94	1.813,98		7.255,92
Total	4.678.853,49	281.791,23	4.701,00	4.955.943,72

	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Depreciações Acumuladas	Activo Liquido
2016	12.391.681,28	4.678.853,49	7.712.827,79
2017	12.701.640,53	4.955.943,72	7.745.696,81

**Na rubrica Edifícios e outras construções encontram-se registados os imóveis abaixo descritos e que se referem a Direitos de Superfície:

150312-União Freguesias Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas * Artº U-5535 e U-5586

150315-União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó * Artº U-2440

15


6 | Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Activos Intangíveis

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2016				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

Activos Intangíveis

2017						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolv.	0,00					0,00
Programas de Computador	9.740,24					9.740,24
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Activos intangíveis	0,00					0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	0,00	0,00	9.740,24

Depreciações de Activos Intangíveis

2017				
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	9.740,24			9.740,24
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	9.740,24	0,00	0,00	9.740,24

	Ativos Intangíveis	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido
2016	9.740,24	9.740,24	0,00
2017	9.740,24	9.740,24	0,00

7 | Locações

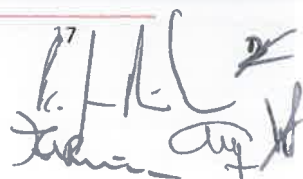
A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2017			2016		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Activos fixos tangíveis						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17


Estrutura dos Financiamentos Obtidos – Capital em Dívida Corrente e Não Corrente

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários						
Locações Financeiras						
Descobertos Bancários						
Contas caucionadas						
Contas Bancárias de Factoring						
Contas bancárias de letras descontadas						
Outros Empréstimos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

9| Inventários

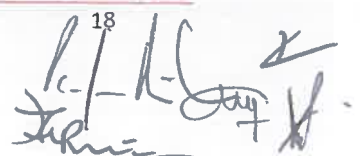
Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	2016				2017		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, sub. e de consumo	54.792,28	540.203,94		60.866,85	582.988,76		81.989,01
Produtos acabados e intermédios	325,48		0,00	325,48	2.634,60	0,00	2.960,08
Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	55.117,76	540.203,94	0,00	61.192,33	585.623,36	0,00	84.949,09
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		534.129,37		0,00	561.866,60		0,00
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00
Total		534.129,37		0,00	561.866,60		0,00

10| Rêdito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	3.163.456,85	3.148.688,17
Quotas e joias	0,00	0,00
Serviços Secundários	111.111,30	120.316,80
Outras Prestações de Serviços	28.145,40	9.656,37
Juros		
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	3.302.713,55	3.278.661,34

18


11 | Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**Provisões**

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2016	Aumentos	Diminuições	2017
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	3.013.678,25	0,00	3.008.770,28	4.907,97
Total	3.013.678,25	0,00	3.008.770,28	4.907,97

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.13.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2017				2016			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

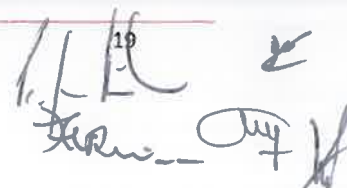
14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2016	2015
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Directivos

Os órgãos directivos não usufruem quaisquer remunerações.

19


Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	3.255.485,41	3.215.831,11
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	22.282,48	9.112,31
Encargos sobre as Remunerações	725.432,15	708.097,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	35.560,56	33.838,48
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	289.654,22	288.176,35
Total	4.328.414,82	4.255.055,65
N.º médio de pessoas ao serviço da Entidade	288	306

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	13.275,06	11.483,55
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	13.275,06	11.483,55

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2017 e 2016, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutual. - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutual. - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutual. - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	22.731,11	25.870,62
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes		
Total	22.731,11	25.870,62

A Instituição dispõe de uma aplicação de Gestão de Clientes que disponibiliza uma conta corrente por cliente evidenciando todos os movimentos.

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registradas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Cientes		
Utentes	0,00	00,00
Total	00,00	00,00

17.4 Outros Activos Correntes

A rubrica “Outros Activos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	21.453,69	22.029,55
Outras operações	315.050,97	337.400,05
Outros Devedores	0,00	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	336.504,66	359.429,60

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
	28.089,64	49.551,79
Total	28.089,64	49.551,79
Rendimentos a Reconhecer		
	102.056,65	102.932,83
Total	102.056,65	102.932,83

17.6 Outros Ativos Correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	797,04	2.307,69
Depósitos à ordem	203.501,36	194.210,50
Depósitos a prazo	4.534.772,91	4.104.364,94
Outros		
Total	4.739.071,31	4.300.883,13

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	57.080,17	0,00	0,00	57.080,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	2.954.593,62	0,00	2.954.593,62
Resultados transitados	4.031.219,44	425.042,41	0,00	4.456.261,85
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.055.445,09	0,00	134.104,96	3.921.340,13
Fundos Patrimoniais	8.143.744,70	3.379.636,03	134.104,96	11.389.275,77
Resultado Líquido	425.042,41			551.227,78
Total do Fundo de Capital	8.568.787,11			11.940.503,55

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2019
Fornecedores c/c	77.520,26	95.899,09
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	77.520,26	95.899,09

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.292,60	1.292,60
Outros Impostos e Taxas	0,00	187,50
Total	1.292,60	1.480,10
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8.791,88	2.027,55
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	20.995,35	20.774,02
Segurança Social	81.814,26	84.074,91
Outros Impostos e Taxas	35,59	15,42
Total	111.637,08	106.891,90

17.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		375,22		6.302,78
Cauções		0,00		0,00
Outras operações		2.634,39		2.536,12
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-2.115,60		0,00
Credores por acréscimo de gastos		588.327,20		598.725,85
Outros credores		145.763,56		26.964,98
Total	0,00	734.984,77	0,00	634.529,73

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.657.372,59	2.580.873,56
Subsídios de outras entidades	34.675,68	102.165,52
Doações e heranças	43.587,38	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	2.735.635,65	2.683.039,08

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	271.649,84	255.634,18
Materiais	50.184,82	79.294,04
Energia e fluidos	254.045,77	240.086,61
Deslocações, estadas e transportes	25.041,50	22.782,41
Serviços diversos	389.601,29	358.900,85
Total	990.523,22	956.698,09

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	96.263,12	106.986,47
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.594,98	1.451,86
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	114.701,00	
Outros rendimentos e ganhos	180.448,20	322.901,87
Total	393.007,30	431.340,20

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	1.457,84	687,85
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em sub., assoc. e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	48.501,64	40.565,70
Total	49.959,48	41.253,55

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	85,86	0,00
Total	85,86	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	64.035,01	58.782,65
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	64.035,01	58.782,65
Resultados Financeiros	63.949,15	58.782,65

[Handwritten signature]

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

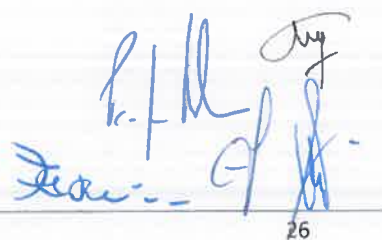
Cova da Piedade, 30 de Abril de 2018

O Técnico Oficial de Contas



Dario Serafim Barata da Silva

(TOC 58039)



RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, IPSS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 12.971.610 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.940.504 euros, incluindo um resultado líquido de 551.228 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

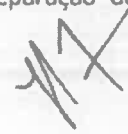
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD

AUDIT | TAX | CONSULTING




- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



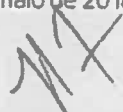
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a Informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 10 de maio de 2018

A handwritten signature in black ink, appearing to be "JP" or similar, written over the printed name.

RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA

representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)

ATAS

Folha 8

Ata 833

Aos 30 de Abril de 2018, pelas 20 horas, reuniu extraordinariamente, na sua sede a Direção do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, com a presença do Senhor Presidente, Sr. Padre José Gil de Borja Pinheiro Ribeiro, da Vice Presidente, Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas, do Tesoureiro, Manuel Jorge Bento, da primeira Secretária, Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida e do Segundo Secretário, Abílio Henriques Rosa Ferreira, com o seguinte ponto único de trabalhos:

Deliberar sobre os documentos de prestação de contas do exercício findo a 31 de Dezembro de 2017.

Aberta a sessão, procedeu-se à análise dos documentos, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados.

A Demonstração de Resultados apresentava um resultado líquido positivo de € 551.227,78 (quinhentos e cinquenta e um mil duzentos e vinte e sete euros e setenta e oito cêntimos).

O Balanço apresentava um ativo líquido de € 12.971.610,28 (doze milhões novecentos e setenta e um mil seiscientos e dez euros e vinte e oito cêntimos) e uma situação líquida de €11.940.503,55 (onze milhões novecentos e quarenta mil quinhentos e três euros e cinquenta e cinco cêntimos).

Após a análise, foi decidido por unanimidade aprovar os referidos documentos.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião pelas 22 horas, tendo-se lavrada a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Direção.

Handwritten signatures of the board members, including Ana Luísa Ataíde Albino Pação Caixas.

Handwritten signature of Maria do Carmo Costa Ferreira de Almeida.

Handwritten signature of Abílio Henriques Rosa Ferreira.

a acta respectiva que, depois de lida e achada conforme, é devidamente assinada.

Em tempo foi ressalvado o seguinte: Na linha dezasseis (16) da folha trinta e um (31) verso, onde está escrito 6.566.823,00 € (Seis milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e três euros) deve ler-se: 6.586.823,00 € (Seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte e três euros). E na mesma linha dezanove, dopo na linha dezanove (19) da mesma folha verso onde está escrito 362.877,00 € (trezentos e sessenta e dois mil e seiscentos e setenta e sete euros), deve ler-se: 362.877,00 € (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e sete euros).

M. Manuel M. M.

António Domingos Paço Pereira
(Assinado)

Alusate 28 de Dezembro de 2017

ACTA Nº 32

Nos termos do nº 25 e 24 dos Estatutos o Conselho Fiscal reuniu, no dia 3 de maio de 2018 pelas 18 horas e 30 minutos, no Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial Padre Ricardo Gameiro, com a presença dos seguintes membros: Manuel Joaquim Rodrigues - Presidente; José

Hum

António Teixeira - vogal e António Domingos Pação (ai) - vogal.

A reunião teve como ordem de trabalhos: dar parecer sobre as contas de gestão do ano 2017 apresentadas pela Direcção.

Para o nosso trabalho tivemos presente o relatório de gestão e contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício de 2017, a certificação legal de contas e consultas ao livro de actas.

Tivemos esclarecimento dos membros da Direcção, especialmente o seu Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro que nos asseguram não ser do seu conhecimento quaisquer factos cuja repercussão para a vida do Centro Social Paroquial não esteja relatada e ou expressa nos documentos que nos foram submetidos.

O nosso trabalho centrou-se nas análises dos relatórios e documentos contabilísticos e de prestação de contas e Certificação legal de contas do Revisor Oficial de Contas. Obtivemos esclarecimentos a todas as questões suscitadas.

Foi-nos assegurado que no fim do ano estavam cumpridas as obrigações declarativas e fiscais.

A Direcção não solicitou ao Conselho Fiscal qualquer parecer sobre quaisquer assuntos.

Foi considerado como verdadeira e apropriada a contabilização, conferência e reconciliação de contas, nomea-

damente com extratos bancários, feita pela empresa que executa a contabilidade da instituição, não tendo evidenciado movimentos não justificados e ou irregularidades.

Foi feita apreciação final das contas do exercício que apresentam um volume de rendimentos de € 6,7 milhões e um resultado líquido de € 551.227,78. Constatamos igualmente que os Resultados Líquidos superaram os previstos no Orçamento do ano.

Analisamos as contas patrimoniais, tendo-se constatado a sua permanência e continuidade, sendo o Activo Imobilizado Líquido de € 7,7 milhões.

Os novos financeiros em aplicações reforçaram-se em relação ao ano anterior, evidenciando globalmente uma gestão cuidada dos recursos.

Pelos factos expostos, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável às contas do exercício de 2017 apresentadas pela Direcção, devendo ser evidenciado que prosseguiu uma gestão controlada, criteriosa e eficiente.

Em face do exposto, o Conselho Fiscal aprova um voto de louvor à Direcção pela forma como conduziu a gestão da instituição durante o ano.

Nada mais havendo a acrescentar foi a sessão encerrada às 23 horas e trinta minutos, dela se levando a presente acta que vai assinada por todos os pro-

Nome

Senhores.

Presidente: Manuel Joaquim Rodrigues

Vogal: José António Teixeira

Vogal: António Domingos Paço Gaidas

por *ai xey*